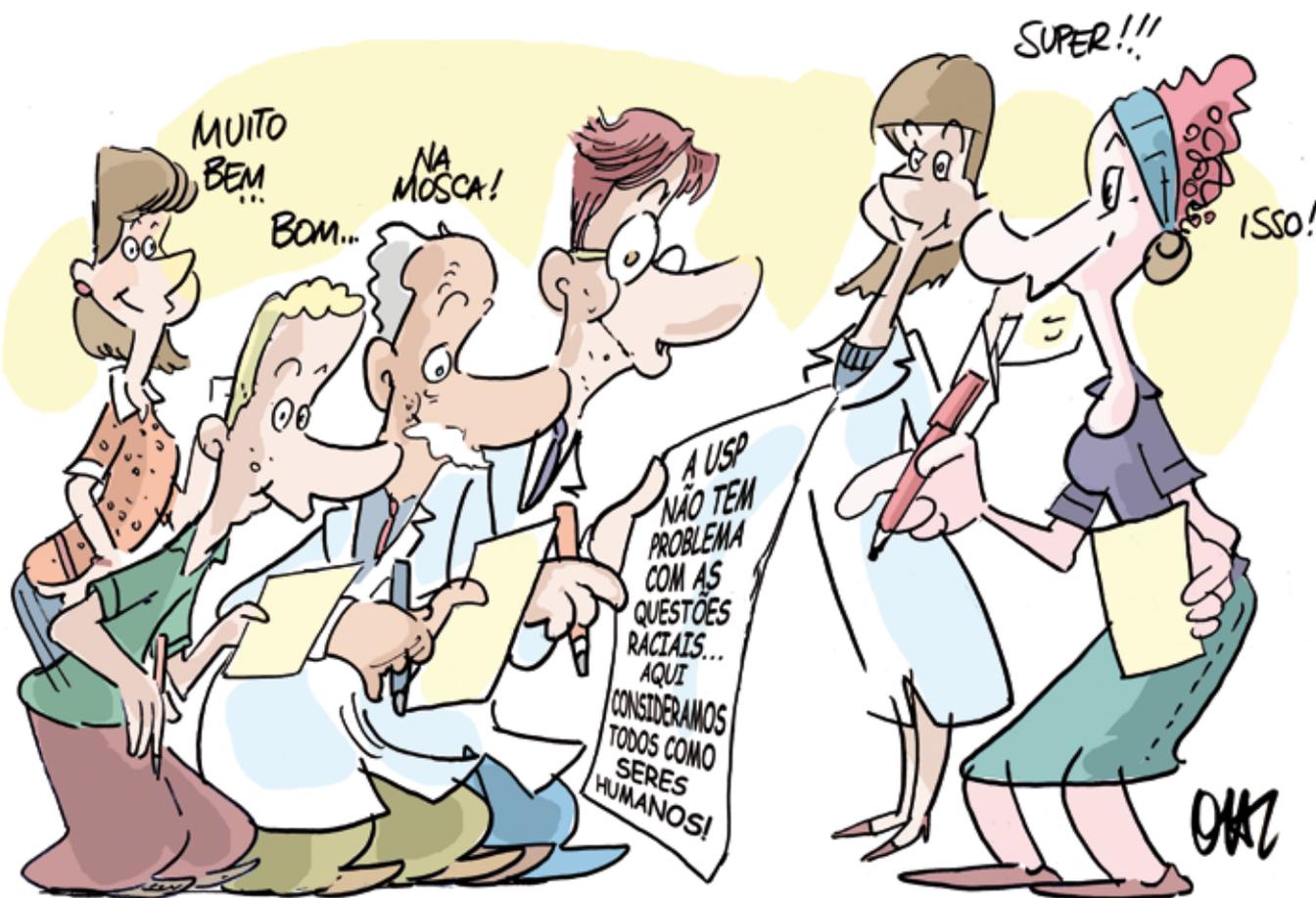


# COMO A USP TEM TRATADO A QUESTÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Adriana Alves

Professora do Instituto de Geociências da USP



*“Por que os colegas das ciências exatas e biológicas creem ser a discussão de cotas pautada pelo fígado e coração? Por que não são legitimados como ciência/racionalidade os inúmeros trabalhos que tratam da questão? Por que, num ambiente científico de mentes ditas analíticas, as discussões e opiniões estão no plano dos achismos e conclusões baseadas apenas nas vivências pessoais dos tomadores de decisões da universidade?” Este artigo à moda de ensaio procura oferecer respostas a tais indagações*

Quando o telefone tocou naquela quinta-feira, pouco antes de minha saída para quinze exaustivos dias de trabalho de campo, não esperava que fosse por parte da Adusp. Tampouco esperava que o convite para escrever sobre como a universidade tem tratado a questão das cotas sócio-raciais fosse feito a mim, professora do Instituto de Geociências, área, em tese, das ciências exatas.

Não faltam elucubrações e contribuições científicas a respeito do tema vindas de autores das ciências humanas, daí a estranheza do convite. Entretanto, a resistência encontrada no âmbito de meu instituto de origem e o papel árduo que venho tentando desenvolver junto a alunos e professores (iniciado ainda nas discussões sobre o Pimesp) trouxeram à memória algumas das passagens e embates travados ao longo desses meus curtos cinco anos de docência.

A grande vantagem de ser das ditas ciências exatas é ver como por aqui o tema é tratado como se fosse uma discussão emocional e, portanto, no ver dos cientistas exatos, desprovida do embasamento científico/racional tão apreciado pelos das Exatas.

Pois bem, uma rápida pesquisa sobre o tema na mais poderosa ferramenta de busca disponível a todos os meus colegas revela um sem fim de publicações, dentre livros, artigos científicos e ensaios. As primeiras perguntas que ficam então são: “Por que os colegas das ciências exatas e biológicas creem ser a discussão pautada pelo fígado e coração? Por que não são legitimados como ciência/racionalidade os inúmeros trabalhos que tratam da questão?”

E mais importante e paradoxal: “Por que, num ambiente científico de mentes ditas analíticas, as discussões e opiniões estão no plano dos achismos e conclusões baseadas apenas nas vivências pessoais dos tomadores de decisões da universidade?”

Divido o presente ensaio trazendo informações que creio são desconhecidas por boa parte de meus colegas, uma perspectiva histórica baseada em um fim de semana de pesquisas e leituras a respeito. Quem sabe dessa maneira, ao lerem essas palavras, meus colegas empreguem parte de seu tempo informando-se sobre a questão, para fundamentar suas discussões para além das emoções e achismos.

---

*“Ao final da escravidão, a proporção de negros para brancos era de 3:1 e havia grande temor quanto ao que poderia acontecer quando da abolição. Uma política de imigração europeia reduziria a desvantagem numérica dos brancos”*

---

Aos iniciantes na temática das relações raciais brasileiras recomendando a leitura do livro *Onda negra medo branco*, de Celia Maria Marinho de Azevedo. Em suas pouco mais de 200 páginas a auto-

ra revela os eventos históricos que marcaram a transição do regime escravocrata para o regime de trabalho livre e oferece ao leitor um panorama completo que vai desde o início dos movimentos abolicionistas até a constituição da chamada “nação brasileira”, que passa inevitavelmente pelas campanhas “imigrantistas”.

O século XIX foi marcado pelas pressões internacionais sobre nosso país para que fosse dado fim ao regime escravocrata, e pressões internas. As razões humanitárias levantadas pelos primeiros abolicionistas pouco efeito surtiram sobre os senhores de escravos, posto que nada se sabia sobre as implicações econômicas da libertação dos escravos.

Somente quando a inevitabilidade da abolição da escravidão ficou clara, surgiram as primeiras teorias sobre a impulsão econômica do trabalho livre e “prazeroso”, que já colhia frutos na Europa e nos Estados Unidos durante o florescimento da revolução industrial.

Já ao final do regime escravocrata, a proporção de negros (libertos ou não) para brancos no Brasil era de 3:1 e havia grande temor quanto ao que poderia acontecer quando da abolição.

O imaginário da época foi tomado pelas imagens dos relatos, funestos para os proprietários de escravos, da Revolução de Santo Domingo (1791-1804), ou Revolução Haitiana, que subverteu a ordem colonial e escravista, deixando um rastro de senhores e famílias brancas mortas. Liderada pelo general negro Toussaint

L'Ouverture (1743-1803), a Revolução Haitiana derrotou os exércitos da França, aboliu a escravidão, declarou a independência e instaurou, em 1804, a primeira República negra da história.

No Brasil, os últimos suspiros da escravidão foram marcados por tentativas de protelar a abolição por meio da cultura do medo, que pregava ser inevitável a vingança dos libertos, com consequente eliminação de seus antigos opressores — daí o nome do livro de Célia Azevedo. Entretanto, dada a inevitabilidade iminente da abolição, uma política pública de imigração, preferencialmente europeia, visava diminuir a desvantagem numérica dos brancos, ao mesmo passo em que fortaleceria o progresso da economia e da cultura/moral via trabalho livre.

Os projetos emancipacionistas podem ser vistos como intermediários entre os dois (abolicionista e imigrantista) e previam a prestação de serviços compulsórios por parte dos libertos por um período que permitisse aos latifundiários proceder à adequação de seu sistema produtivo, fosse pelo “treinamento” dos escravos para a aceitação do trabalho livre (uma vez que o trabalho era visto como castigo forçado), fosse pela incorporação da *mão-de-obra* estrangeira.

Qualquer que fosse o modelo pensado e preferido à época, o negro misteriosamente some da discussão após a abolição e o tema do trabalho passa a contemplar preferencialmente a *mão-de-obra* estrangeira.

***“A ideia que a sociedade nutria (negro ‘preguiçoso’ e indisponível ao trabalho) floresceu também nos trabalhos de FHC. Ficam claras as bases racistas do sistema trabalhista brasileiro, e a ciência é parte importante na consolidação da posição inferior do negro”***

As justificativas para os incentivos imigrantistas passariam a ser calcadas no próprio negro uma vez que “o isolamento econômico, social e cultural do ‘negro’, com suas indiscutíveis conseqüências funestas, foi um produto ‘natural’ de sua incapacidade relativa de sentir, pensar e agir socialmente como homem livre”, como escreveu Florestan Fernandes. “Ao recusá-lo, a sociedade repelia, pois, o agente humano que abrigava, em seu íntimo, o ‘escravo’ ou o ‘liberto’”.

E essa ideia que a sociedade nutria do negro preguiçoso e indisponível para o trabalho floresceu também nos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, nosso ilustríssimo ex-presidente da República. Ficam claras as bases racistas do sistema trabalhista brasileiro, sendo que a ciência é parte importante na consolidação da posição inferior do negro, já que as medições cranianas e os estudos fisiológicos da medici-

na e da biologia contribuíram para a ideia do negro como irremediavelmente atrasado.

A política imigrantista foi o primeiro sistema nacional de cotas experimentado pela sociedade brasileira. O branqueamento gradual da nação era propalado por intermédio de leis de incentivo à imigração, isenção ou diminuição de impostos e incentivo a latifundiários dispostos à venda ou arrendamento, subsidiados pelo governo, de pequenos lotes de suas terras como incentivo à vinda e permanência de imigrantes, de preferência brancos, para o país.

*“Não se pense que, propondo a abolição da escravidão, o meu voto seja de conservar no país a raça libertada: nem isto conviria de sorte alguma à raça dominante, nem tampouco à raça dominada. Os primeiros teriam de sofrer as reações, e os segundos teriam sempre a suportar os resultados de antigos prejuízos, que nunca cessariam a seu respeito”*

**Cezar Burlamaqui (1803-1866)**

*“As duas raças, latina e saxônia, neste país, hão de produzir alguma coisa melhor [...] quero ir gradualmente, isto é, trazendo o estrangeiro precipitadamente para a província de São Paulo, porque eu, primeiro que tudo, sou paulista. Venha, pois, o estrangeiro, sr. Presidente, façamos tudo quanto estiver ao nosso alcance para chamá-lo, e mais tarde teremos a restauração de nossos foros”*

**Deputado Aguiar Witaker em 1869**

As políticas de incentivo de permanência dos imigrantes deveriam, estrategicamente, garantir um ambiente pacífico e seguro. Portanto os temores da “onda negra” precisavam ser derrubados a fim de passar aos novos cidadãos a imagem de país tranquilo. A cultura do medo é então parcialmente substituída pela ideia de que as relações escravo-senhor no Brasil diferiam daquelas existentes nos Estados Unidos e no Haiti, por serem amistosas e integradoras.

Nasce a ideia da democracia/harmonia racial brasileira, uma vez que os senhores eram bons, os escravos dóceis e repetições de episódios como o de Santo Domingo seriam improváveis.

*Liberdade! Liberdade!  
Abre as asas sobre nós,  
Das lutas na tempestade  
Dá que ouçamos tua voz  
Nós nem cremos que escravos  
outrora  
Tenha havido em tão nobre País...  
Hoje o rubro lampejo da aurora  
Acha irmãos, não tiranos hostis.  
Somos todos iguais! Ao futuro  
Sabermos, unidos, levar  
Nosso augusto estandarte que,  
puro,  
Brilha, ovante, da Pátria no altar!*

**Parte do Hino da Proclamação da República (1890)**



Estão apresentadas, sucinta e grosseiramente, as bases das relações raciais brasileiras. Se por um lado somos historicamente vistos como preguiçosos, perigosos, não-afeitos ao trabalho livre e irremediavelmente atrasados, por outro não há qualquer intervenção do Estado na condição do negro, uma vez que, como dito no hino lançado apenas dois anos após o fim da escravidão, somos todos iguais.

Uma análise mais aprofundada revela que o Brasil considerava o negro como principal responsável pelo atraso no crescimento econômico do país ao mesmo tempo que o torna responsável historicamente por

sua própria sorte, uma vez que as oportunidades seriam (são) as mesmas oferecidas aos brancos... Essa é talvez a face mais perversa do racismo brasileiro.

Em todas as discussões sobre a adoção de políticas públicas para a ampliação do número de alunos pobres nos quadros discentes das instituições públicas de ensino superior, o jargão sempre presente é: “devíamos lutar pelo fortalecimento da escola pública e não pela facilitação do acesso ao ensino superior por uma parcela de estudantes despreparada e desprovida de mérito”. Com variações sutis no discurso, é esse o argumento mais utilizado em relação à adoção de políticas afir-

***“Análise mais aprofundada  
revela que o Brasil via o negro  
como principal responsável  
pelo atraso no crescimento  
econômico do país,  
ao mesmo tempo que o torna  
responsável historicamente  
por sua própria sorte.  
É talvez a face mais perversa  
do racismo brasileiro”***

## **“PRESERVAR E DESENVOLVER AS CARACTERÍSTICAS MAIS CONVENIENTES DA ASCENDÊNCIA EUROPEIA”**

**Decreto-Lei 7.967, de 27 de agosto de 1945**

*O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando que se faz necessário, cessada a guerra mundial, imprimir à política imigratória do Brasil uma orientação racional e definitiva, que atenda à dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e de desenvolver a imigração que fôr fator de progresso para o país,*

**DECRETA:**

**TÍTULO I**

*Da entrada de estrangeiros no Brasil*

**CAPÍTULO I**

**ADMISSÃO**

*Art. 1º Todo estrangeiro poderá, entrar no Brasil desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta lei.*

*Art. 2º Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional.*

mativas nas poucas universidades que ainda não adotaram o sistema federal de cotas socio-raciais.

Os primeiros pontos a esclarecer são: 1) o movimento cotista jamais levantou bandeira alguma contra a melhoria das condições educacionais no país; e 2) os procedimentos não são mutuamente exclusivos, sendo possível e recomendado que as cotas sejam temporárias e aliadas a um plano nacional de valorização do ensino.

O cenário atual da educação brasileira deve ser analisado sob uma perspectiva histórica. Num primeiro momento, a educação dos filhos de

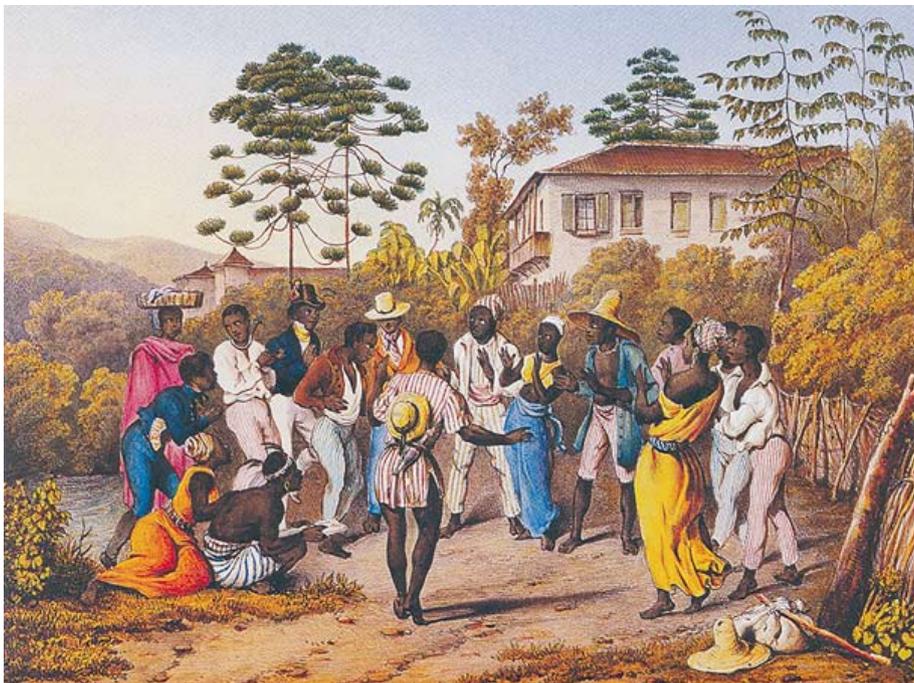
colonos e da realeza era de responsabilidade da Igreja e, salvo raras exceções, vedada aos escravos e à população mais pobre. Os importados ideários educacionais que visavam preparar as crianças para uma inserção feliz e eficaz no mercado de trabalho motivaram a implantação de centros de educação voltados à capacitação de *mão-de-obra*.

Contam os mais velhos que até a década de 1970 os colégios públicos eram excelentes. Instituições particulares de ensino eram destinadas à elite e aos meninos-problema continuamente rejeitados pelas instituições públicas.

*“Em 1920, nada menos que 60% dos brasileiros eram analfabetos. Os restantes 40% haviam sido julgados e selecionados por meio de rigorosos mecanismos: os exames de admissão no ginásio só seriam formalmente extintos com a lei 5.692/1971”*

Numa análise histórica, Beisiegel (1986) conclui que nos primórdios da educação brasileira o sistema era organizado para atender aos interesses e expectativas de uma minoria privilegiada (qualquer semelhança com a atualidade não é mera coincidência). Em 1920, 60% dos brasileiros eram analfabetos e os 40% restantes haviam sido julgados e minuciosamente selecionados via rigorosos mecanismos (os exames de admissão no ginásio só seriam formalmente extintos com a lei 5.692/71). Segundo Oliveira & Araújo (2005), “quando nos deparamos com evocações saudosas da qualidade da escola do passado, há que se levar em conta que estamos falando de uma escola que já era diferenciada pela clientela atendida”.

Graças à universalização do ensino e à obrigatoriedade de matrícula de crianças no ciclo básico, há um aumento vertiginoso da demanda, sem que haja contrapartida na qualidade



"Batuque", ilustração de Rugendas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira

(e quantidade) da oferta. O reduto de poucos passa a ser o da maioria e, com a flagrante desvalorização de professores e do ensino, o sistema educacional como um todo se revela um nicho econômico atraente.

Se, por um lado, o primeiro indicador de qualidade incorporado na cultura escolar brasileira foi condicionado pela oferta limitada, e um dos seus principais efeitos foi a política de expansão da oferta pela ampliação da rede escolar, por outro lado a ampliação das oportunidades de escolarização da população gerou obstáculos relativos ao prosseguimento dos estudos desses novos usuários da escola pública, visto que não tinham as mesmas experiências culturais dos grupos que tinham acesso à escola anteriormente, e esta não se reestruturou para receber essa nova população.

A degradação do sistema educacional público e a popularização das instituições privadas de ensino

leva a uma corrida generalizada de alunos de famílias de classe média aos bancos das escolas particulares. Vão-se com esses alunos as vozes pressionadoras de seus pais, que já entenderam ser a educação o principal (se não único) meio de galgar degraus na escala social.

Mesmo as mentes mais liberais, defensoras do ensino público de qualidade, têm seus filhos matriculados em instituições particulares. A tendência generalizada da nossa sociedade de dar mais ouvido aos clamores oriundos de uma parcela muito específica da sociedade (as classes média e alta) é o que leva à aparente invisibilidade dos sucessivos apelos por melhoria da qualidade de ensino por parte de uma classe social desprivilegiada e de representação política limitada. Está armado o cenário para a competição desleal nos vestibulares. Está colocada, ainda, a postura de clientela cada vez mais ostentada pelos alunos para os quais dou aula.

A lógica de mercado permanece presente em nosso sistema de ensino e se traduz, mais claramente, na competição instigada pelos exames de acesso ao ensino superior público. Não fosse a competição por si só não recomendada em ambientes educacionais, o fato de ser travada entre indivíduos com oportunidades de estudo de qualidade muito contrastada torna-a, por conseguinte, desleal.

*“A USP falha ao não apresentar estatísticas detalhadas da composição discente nos seus cursos. Os atuais 32% de egressos da escola pública parecem satisfazer o Inlusp. Mas as assimetrias favoráveis aos egressos de escolas particulares continuam graves e acentuadas”*

Das breves exposições sobre os contextos históricos de acesso a bens sociais, principalmente à educação, por parte de negros e pobres, são apresentadas as bases que justificam as formulações das políticas afirmativas de acesso ao ensino superior. A experiência relatada a seguir sugere que é possível encaminhar um debate equilibrado nas unidades de ensino da USP.

“No dia 4 de fevereiro nos foi encaminhada a proposta do Governo Estadual de São Paulo para implementação do sistema de cotas nas universidades estaduais paulistas. Como informado no corpo do e-mail encaminhado pela assistência técnico-acadêmica, a manifestação da Congregação do IGc deverá ser discutida na Congregação do dia 20 de março.

Creio que vários dos senhores e senhoras podem não ter atentado para a importância do documento, mas adianto que em nossas mãos está depositado o poder de decisão sobre o perfil do aluno ingressante nessa instituição e as consequências (sejam elas boas ou ruins, em função da visão de quem as aprecia) para nosso instituto, para a universidade e para a sociedade à qual servimos (ou deveríamos servir).

Faço um apelo para que deixemos a lógica produtivista de lado e para que discutamos a questão com a retidão e reflexão merecidas, baseando-nos para tanto nos dados disponíveis de instituições que já passaram pelo mesmo processo e na produção científica abundante sobre o assunto. Lembrem-se que, apesar de tudo o que nos é cobrado no que tange à ciência e à administração, nossa obrigação primeira é com o ensino e este é certamente um tema deste foro.

Ademais, creio que como cientistas que somos, seria no mínimo inadequado e paradoxal que nossa decisão fosse to-

**ODIA**  
www.odia.com.br R\$ 1,20

ARY CARVALHO (1934-2003) | QUARTA-FEIRA, 18/05/2011 | ANO 60 | Nº 21.516 | 18 EDIÇÃO

> PATRÃO PODE ESCOLHER CANDIDATA PELA 'CÚTIS' OU 'ETNIA' NO SITE OU POR TELEFONE

## Empresa oferece babás e diaristas pela cor da pele

**DENÚNCIA** Critérios que confrontam o Estatuto da Igualdade Racial vêm sendo utilizados para contratar mão de obra. Com sede em São Paulo, a empresa Resilar, de Recursos Humanos, usa a cor da pele para apresentar funcionários domésticos a seus clientes. Repórter de **ODIA** se fez passar por um contratante e confirmou a polêmica forma de oferta profissional. > P. 26 e 27

**Repórter:** Posso escolher pela foto?  
**Atendente:** (...) O senhor vai passar justamente os detalhes. Se gosta de **alta, baixa, gorda, magra, feia,**

**bonita,** e vamos escolher pelo perfil da pessoa, baseado naquilo que o senhor me passou.  
**R:** De que tipo de informação você precisa?  
**A:** (...) Tem que me dizer o

serviço que ela vai exercer na residência, a idade, alguma preferência de **etnia**, alguma coisa assim. A pessoa tem que me falar também, senão vai constrianger ambos.

DISCULPA NÃO SEU DO ESTADO  
> DESISTIR DA COMPRA

mada com base nos ‘achismos’ e preconceitos que todos (inclusive eu) carregamos e faço um apelo para que organizemos debates e discussões com especialistas no assunto (**QUE NÃO SOMOS!**), para somente então nos posicionarmos frente à questão.

Atenciosamente,  
Adriana Alves”

A mensagem acima foi enviada por mim, por e-mail, a todos os professores do IGc-USP em 26 de fevereiro de 2013. Se por um lado o Pimesp falhou em fornecer uma alternativa viável de ampliação do número de alunos de escolas públicas aos quadros da USP, por outro lado logrou abrir as discussões sobre o tema nos institutos e faculdades dessa instituição. Para minha surpresa, na data marcada para a

reunião vários colegas e alunos estavam presentes. A discussão utilizou como base os documentos “Avaliação do desempenho e da situação acadêmica dos ingressantes pela política de cotas instituída na Universidade Estadual de Ponta Grossa no período 2007-2011”, “Avaliação Qualitativa dos Dados sobre desempenho acadêmico – relatório ano 2011” da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o “Relatório de desempenho de alunos cotistas” apresentado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) referente ao período de 2005 a 2010.

A discussão foi longa e frutífera, uma vez que o mito da queda na qualidade de ensino caiu por terra frente à análise dos dados apresentados e a Congregação do IGc acabou por sugerir que a USP adotasse o sistema federal de re-

## ESTÍMULO AOS ESTUDANTES NEGROS? “O GATO COMEU”

### GESTÃO MARCOVITCH

“II- criar condições na Universidade para divulgação, debates, ensino regular e extracurricular, e pesquisas sistemáticas relacionadas à ampliação da inclusão social no âmbito da USP;

III- estimular o ingresso e a permanência dos negros nos quadros discentes da USP, dentro dos padrões acadêmicos e de acordo com as condições financeiras da instituição;

V- alertar permanentemente docentes, alunos e funcionários técnico-administrativos da USP sobre o papel que a Universidade deve ter perante a sociedade brasileira, com vistas à ampla inclusão social”.

**Portaria GR 3.156, de 29/4/1999, artigo 2º**

### GESTÃO RODAS

“II- criar condições na Universidade para divulgação, debates, ensino regular e extracurricular, e pesquisas sistemáticas relacionadas à ampliação da inclusão social no âmbito da USP;

III- alertar permanentemente docentes, alunos e funcionários técnico-administrativos da USP sobre o papel que a Universidade deve ter perante a sociedade brasileira, com vistas à ampla inclusão social”.

**Portaria GR 4.846, de 12/11/2010, artigo 2º**

serva de vagas para alunos oriundos de escolas públicas, SISU (respeitando-se a constituição étnica do Estado).

Infelizmente, a decisão da Pró-Reitoria de Graduação foi pela ampliação do sistema de bônus, que teve reflexo positivo no número de alunos egressos da escola pública, motivado também, e principalmente, pela inauguração do *campus* leste e de novos cursos noturnos (como o de Licenciatura em Geociências e Meio Ambiente).

Entretanto, a USP falha ao não apresentar estatísticas detalhadas sobre a composição dos quadros discentes nos diferentes cursos que ministra. Dessa forma, os atuais 32% de egressos da escola pública parecem satisfazer as metas de ampliação do Includ. Entretanto, uma análise mais detida revela que as assimetrias favorecedoras dos egressos de escolas particulares continuam graves e acentuadas nos cursos de maior procura: Engenharia, Economia, Medicina, Ciências Sociais, Jornalismo, Geologia e outros.

*“A composição étnica do quadro docente da USP é esmagadoramente branca e, arrisco dizer, socialmente privilegiada. A resistência à implementação das cotas sócio-raciais é reforçada pela ausência de vozes dissonantes. E no debate impera o amadorismo”*

Num primeiro momento, parece irrelevante determinar que os diferentes cursos sejam constituídos por alunos de diferentes *backgrounds* sociais e étnicos, desde que os números absolutos satisfaçam a opinião pública. Falhamos aí em reconhecer um dos principais objetivos dos defensores das políticas afirmativas.

*Dos bancos dos cursos legitimados pela nossa sociedade como os maiores modificadores de paradigmas sociais saem, atualmente, estudantes de vivência/cor homogeneizada e privilegiada pelo dinheiro. A principal e mais lógica consequência é que a futura elite, nas diferentes acepções do termo, responsável pela elaboração de novas políticas públicas de saúde e desenvolvimento para as comunidades carentes e negras será formada por nossos atuais alunos — que, tolhidos da convivência com grupos étnicos e sociais distintos, pecarão em reconhecer as necessidades do outro.*

## Corpo docente e composição étnica

Categoria	Branco		Preto		Pardo		Amarelo		Indígena	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Titular	262	744	0	2	7	12	13	28	0	0
Associado	510	967	1	3	5	13	28	34	0	0
Doutor	1242	1662	5	8	20	31	53	88	0	2
Assistente	7	50	0	0	0	1	1	4	0	0
Auxiliar de ensino	0	5	0	0	0	1	0	0	0	0
	2021	3428	6	13	32	59	95	154	0	2

Fonte: Departamento de Recursos Humanos (DRH) - Universidade de São Paulo - USP. Abril de 2011.

Um exemplo clássico é o da Universidade de São Paulo e sua estrutura de poder vigente. A composição étnica do quadro docente da USP é esmagadoramente branca e, arrisco dizer, socialmente privilegiada. A resistência à implementação das cotas sócio-raciais é reforçada pela ausência de vozes dissonantes.

Assim como nos debates do Pimesp, a recente discussão acerca das formas alternativas de ingresso via SISU deixou claro o amadorismo com que o tema é aqui tratado. O número mágico de alocação de vagas (10%) citado durante a reunião da Congregação no IGc não foi apresentado à comunidade de forma justificada e, no âmbito da universidade como um todo, as discussões foram novamente realizadas de forma não integrada e com base nas percepções pessoais dos docentes dos diferentes institutos.

Se por um lado a USP continua a ser extremamente eficaz no papel educativo a que se propõe, por outro está ainda longe de ser democrática, na medida em que privilegia o acesso de grupos específicos às suas salas de

**Doméstica**

**1, Lar. p/ morar no empr. c/ exp. toda rotina, cuidar de crianças, c/ docum. e ref., pref. branca, s/ filhos, solteira, maior de 21a. F: 264-3090./608-1244. Gisele.**

aula. É preciso redimensionar a polarização entre as ideias de eficiência e democracia na educação, pois não são ideias antagônicas, e sim complementares (Oliveira & Araújo, 2005).

A formulação da pergunta dos senhores de escravos na transição do regime “o que fazer com os negros?” carrega em si, segundo Peter Eisenberg, “um grande viés racista, na medida que somente um grupo subordinado, como o ‘negro’ ou o ‘índio’, foi pensado como categoria social distinta e problemática”, uma vez que ninguém perguntava “o que fazer com o branco?”

Da mesma maneira, quando o quadro docente da USP se pergunta: “o que fazer com o aluno de escola pública?”, investe-se de um manto preconceituoso que pensa somente

o aluno de escola pública como categoria distinta e problemática. Assim como à época da abolição, ninguém se pergunta “o que fazer com o aluno de escola particular?”.

Fica então a mais importante das questões: *O que fazer para educar a todos, já que esta deve ser a missão de uma*

*instituição pública?* E por fim: como evitar retrocessos, como o verificado (vide p. 77) entre as gestões J. Marcovitch (1998-2001) e J.G. Rodas (2010-2013)?

### Referências

- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco*. São Paulo: Annablume, 2004. 2ª edição revista e ampliada (1ª edição: 1987).
- BEISIEGEL, C.R. (1986). “Educação e sociedade no Brasil após 1930”. In: FAUSTO, Boris (org.) *História geral da civilização brasileira – III. O Brasil republicano*. 4. Economia e Cultura (1930-1964). 2ª ed. São Paulo: Difel, p. 381-416.
- BURLAMAQUI, F.L.C. *Memória Analytica á cerca do commercio d’escravos e á cerca dos males da escravidão* ao Doméstica. Rio de Janeiro: Comercial Fluminense, 1837.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na Sociedade de Classes*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.
- OLIVEIRA, R.P. e ARAÚJO, G.C. “Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação”. *Revista Brasileira de Educação*, 28, 5-23.
- WITAKER, Aguiar. In ALPSP (Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo), 1869, p. 168, 169; idem, p. 140, 141.